

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA JUVENIL A PARTIR DE UM ENFOQUE MIDIÁTICO

Autoras: Sheylla Maria Mendes e Tereza C. Nóbrega de Queiroz

Vinculo institucional- UFCG e UFPB

## RESUMO

A reflexão em torno do papel da mídia é frequente nos autores que discutem a sociedade contemporânea focados no debate entre modernidade e pós-modernidade. São muitos os representantes desse debate, e muitas também as discordâncias em torno do tema. Suas reflexões trazem conceitos, aspectos e categorias importantes para a análise das representações televisuais, das imagens e das consequências de determinadas abordagens. O presente estudo se propõe a analisar o tipo de abordagem efetivada pela mídia televisual das situações em que os jovens de origem popular aparecem envolvidos em casos de violência. A referência empírica escolhida foi o programa Correio Verdade, transmitido pelo Sistema Correio de telecomunicações, emissora representante da Rede Record de telecomunicações no estado da Paraíba. A hipótese adotada nesta pesquisa é a de que, ao focar os jovens, o programa acaba exercendo as funções de julgar e condenar, próprias do judiciário, passando a atuar como uma espécie de mídia tribunal. No espaço do programa, encontramos a presença das figuras dos réus (os jovens envolvidos em ocorrências de violência), de promotores, testemunhas de acusação e juízes, tal como acontece nos tribunais legítimos. A metodologia utilizada tratou da análise das linguagens verbais, visuais e sonoras para se apreender as diferentes estratégias utilizadas pelo programa a fim de produzir sentido e realizar um julgamento dos jovens focalizados. Os dados obtidos revelaram que a frequência com que jovens de origem popular aparecem no programa demonstra que esses jovens, quando se envolvem em situações de violência, são vistos de maneira diferente em relação aos mais favorecidos economicamente. No programa estudado, os jovens de origem popular são julgados e considerados culpados, num julgamento que não admite advogado de defesa nem permite a tomada da palavra pelos “réus”. As imagens, as estratégias discursivas e sonoras veiculadas constroem a figura de um sujeito irrecuperável, fora do espaço do direito, para o qual não existe solução possível. A mídia tribunal determina o veredicto, alimentando assim o estigma que recai sobre os jovens de origem popular.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Juventude,

Violência,

Mídia

## **INTRODUÇÃO**

As consequências da urbanização, do aumento da criminalidade e as dificuldades enfrentadas pela população na sociedade contemporânea vêm sendo discutido por diversos pesquisadores que analisam a sociedade contemporânea como Oliveira (2001), Spagnol (1989) Soares (1989), Pinheiro (1988) e Adorno (2000).

A mídia, nesse contexto atual, também atua demonstrando quotidianamente uma importância à problemática da criminalidade, presente não somente nas grandes cidades, mas expandindo-se também para as cidades menores. Nesse sentido, alguns telejornais e programas sensacionalistas preocupam-se em abordar essa problemática enfocando a participação dos envolvidos, acompanhando algumas ocorrências com as suas respectivas punições, destacando e, às vezes, ampliando a gravidade dos fatos.

A hipótese adotada neste estudo é a de que o modo como esse programa está estruturado lhe possibilita não somente exercer a sua função de informar à sociedade os acontecimentos, mas desempenhar a função de mídia tribunal, assumindo funções próprias do judiciário. Nele é possível ainda verificar a presença de réus, o julgamento sobre os fatos e a participação de pessoas que parecem exercer as mesmas funções desempenhadas por aquelas que atuam nos verdadeiros tribunais, como, por exemplo, as testemunhas, a acusação e o juiz.

Nesse sentido, consideramos pertinente a perspectiva dos pesquisadores como Guimarães(2006), Hernandez(2006) e Rose(2002) que reconhecem que o processo de produção de sentido atribuído aos fatos visibilizados pela mídia ocorre a partir da utilização de estratégias discursivas, visuais e sonoras, adotadas pelos produtores das notícias.

Dessa forma, buscaremos, através da análise dessas dimensões identificar as estratégias utilizadas pelo programa Correio Verdade nas situações em que o assunto abordado se refere àqueles casos que envolvem a juventude de origem popular, especialmente quando envolvida com ocorrências consideradas, por esse programa, como violência.

### **O programa e seus atores: o apresentador, a equipe de reportagem e os jovens**

#### ***O Programa***

A análise da veiculação das ocorrências sobre violência que tem a juventude de origem popular envolvida revela que o programa Correio Verdade atua a partir de procedimentos semelhantes aos que são adotados nos tribunais.

Desse modo, ao propiciar uma visibilidade sobre esses fatos, o programa exerce o papel que caberia à justiça realizar, pois atua emitindo um julgamento e um sentenciamento dos jovens, que, por sua vez, aparecem nas reportagens desempenhando um papel semelhante ao dos réus nos rituais jurídicos dos tribunais. Assim, o papel que cabe à justiça realizar acaba sendo exercido também pelo programa Correio Verdade. Para esse julgamento ser efetivado com eficácia, o programa utiliza diferentes estratégias, perceptíveis tanto no modo como estrutura as notícias quanto no tipo de estratégias visuais, sonoras e no discurso emitido pelas fontes oficiais, pelos profissionais que compõem a equipe de reportagem, inclusive pelo apresentador e pelos jovens.

Essa estratégia é analisada por Hernandes (2006), que entende os ritmos nos planos de expressão como estratégias capazes de provocarem uma inteligibilidade e de impedirem os telespectadores de desenvolverem reflexões racionais sobre os fatos. Na sua percepção, o ritmo acelerado em torno dos fragmentos de imagem propicia efeitos diferentes em relação aos momentos em que a sucessão de tomadas aparece de forma menos intensa, uma vez que, diferentemente de possibilitar ao público uma maior inteligibilidade sobre os fatos, as tomadas de câmera evidenciadas de forma mais intensa, na maioria das situações, somente propiciam ao público vivenciar impactos emocionais. Dessa forma, o público sob estado de tensão não é estimulado a compreender racionalmente os detalhes evidenciados nas imagens e nos aspectos fornecidos pela abordagem discursiva desenvolvida pelo programa.

A importância que o programa confere às “testemunhas” revela-se como outra estratégia capaz de reforçar os julgamentos efetivados dos jovens, uma vez que, diferentemente de um tribunal, onde ocorre a presença tanto das testemunhas de acusação como das de defesa, além de debates acalorados entre a acusação, o promotor e a defesa, feita pelo advogado do réu, no programa Correio Verdade, não se percebe a presença de advogados nem, até mesmo, de pessoas comuns atuando como testemunhas de defesa.

Os únicos que parecem exercer a função de defender os jovens envolvidos nas ocorrências sobre violência são os seus colegas, que costumam aparecer também enquanto acusados. Com exceção desses, no programa, ninguém atua para defendê-los. Ao contrário, as

peessoas, inclusive os representantes das fontes oficiais, aparecem evidenciando os elementos e demonstrando os detalhes sobre as ocorrências, reforçando o sentenciamento dos jovens.

O espaço que o programa dedica à emissão dessas informações revela-se ainda como uma estratégia importante, uma vez que as vozes das fontes oficiais, como os policiais, delegados ou curadores, atuam também como formadores de opiniões, capazes não somente de atraírem a atenção dos telespectadores, mas de atribuírem credibilidade ao programa.

Frequentemente, as mães e familiares dos envolvidos se pronunciam nas reportagens, revelando alguns aspectos sobre a conduta dos jovens envolvidos. Nesses casos, o programa costuma evidenciar suas declarações, exagerando nos aspectos emocionais e sensacionalistas, para provocar uma indignação nos telespectadores. Esse sentimento ainda é reforçado quando se evidenciam o desespero e o sofrimento dos parentes e das mães dos jovens, que costumam aparecer nessas situações chorando, enquanto fornecem as informações sobre os fatos.

Essas estratégias revelam que o programa assume uma função que caberia à justiça realizar. Mas, para esse papel ser exercido com eficácia, cada uma das pessoas que aparecem nas reportagens parece assumir funções específicas. Assim, semelhantemente a um tribunal, onde o juiz, os promotores, advogados, as testemunhas e os réus, exercem um papel específico durante o julgamento, no programa, essas funções também parecem ser exercidas por pessoas distintas. É o que pretendemos demonstrar a partir deste momento.

### ***O apresentador***

Assim como num tribunal, onde o juiz exerce o papel de autoridade máxima, no programa Correio Verdade, também se percebe o desempenho desse papel, não executado por um juiz, mas pelo apresentador. Mas, diferentemente dos tribunais legítimos, onde os juízes conduzem os julgamentos e definem as penas, no caso de condenações, a partir das normas do Direito, no Correio Verdade, o apresentador, situando-se no programa na condição de juiz, parece atribuir as sentenças aos jovens “réus” a partir de suas próprias premissas, emitindo um discurso caracterizado por fortes apelos emocionais. Seu objetivo é convencer o público de suas versões no julgamento dos fatos.

A importância que o programa confere aos julgamentos do apresentador em relação aos jovens ainda é reforçada pelo tempo dedicado a ele para desenvolver o seu discurso. Desse modo, ao destinar a maior parte do tempo das reportagens ao apresentador, o programa acaba evidenciando que o seu discurso é muito importante, como o demonstra Hernandez

(2006). Além disso, ao valorizar a atuação do apresentador, fornecendo-lhe a maior parte do tempo destinado à cobertura dos fatos, o programa deixava de propiciar um tempo suficiente para os demais sujeitos que aparecem no programa fornecerem um detalhamento suficiente dos fatos, minimizando, assim, as possibilidades de os repórteres, de as fontes, de as pessoas que contam o que viram ou vivenciaram nas ocorrências, como é o caso das testemunhas oculares e principalmente dos jovens envolvidos nas ocorrências, exporem outros elementos capazes de fornecer uma maior compreensão a respeito dos acontecimentos ou de apresentarem argumentos capazes de minimizar as suas sentenças.

Em tais situações, o apresentador do programa atua, demonstrando no seu discurso traços de nervosismo e aspectos de tensão, principalmente diante dos acontecimentos considerados mais graves. É possível perceber ainda que, nas situações em que parece irritado, o enfoque sobre o plano próximo realça ainda mais os traços de tensão. Nessas situações é evidente o quanto o apresentador do programa vem adotando de uma postura firme, com comentários veementes sobre a atuação da juventude de origem popular envolvida nos casos de violência. De fato, é visível o quanto ele vem se posicionando diante dos fatos representados, não economizando nas palavras, na oratória e muito menos em sua performance corporal, tudo a fim de manter a audiência do programa.

É possível ainda se encontrar no texto verbal uma série de recursos empregados pelo apresentador do programa para construir as notícias, interpelar a audiência, construir a credibilidade do programa e tornar os julgamentos dos jovens ainda mais eficientes. Assim é comum atuar indagando também sobre “o que fazer”, ao mesmo tempo em que sugere e ordena o que deve ser feito com os jovens que se encontram envolvidos como agressores nos casos de violência. Além disso criticar as leis destinadas à proteção dos adolescentes, evidencia o quanto o programa desacredita nas medidas tomadas para reinserir os jovens na sociedade, ao mesmo tempo em que levanta algumas soluções para esse problema.

Dessa forma, semelhantemente aos questionamentos efetivados pelos tribunais, que diante de determinadas ocorrências, não se limitam a evidenciar os detalhes dos acontecimentos, o que o programa também faz com esse tipo de abordagem é, a partir de um fato já ocorrido, questionar os passos necessários a serem tomados para reinserir os jovens na sociedade, no futuro. Para o apresentador, medidas socioeducativas não resolvem, e apenas a repressão policial poderia controlar a situação. A atual legislação só contribui para desautorizar a autoridade policial, contribuindo assim para que a violência prolifere.

O apresentador do programa mostra também o quanto os jovens são perigosos, e quanto a possibilidade de reversão dos seus comportamentos parece irreversível. Assim, diferentemente de um tribunal onde às vezes os comportamentos dos jovens parecem ser encarados como possíveis de serem modificados, o tipo de abordagem discursiva que o programa desenvolve sobre esses jovens parece revelar quão difícil parecem ser as suas possibilidades de reversão. Assim, percebe-se que o apresentador aborda os fatos relatando não somente os detalhes das ocorrências, mas realizando ainda um trabalho de acusação e de julgamento, tanto sobre os fatos já ocorridos como sobre os comportamentos dos jovens.

Esse modo de abordagem reforça, portanto, o quanto ele exerce no programa a função de um juiz, nesse caso, um juiz que explicita os fatos de forma diferente daquela utilizada pelos juizes nos tribunais, principalmente por esse tribunal midiático funcionar violando as diversas garantias constitucionais. Nele, os acusados ainda não sentenciados pela justiça não possuem o direito a um julgamento justo e isento. Além disso, o seu direito de defesa é totalmente desconsiderado, independentemente da possibilidade de serem inocentes.

Na perspectiva de Mendonça (2002), isso ocorre porque o processo de construção das verdades, por parte da mídia, ocorre num tempo menor em relação ao tempo utilizado pela justiça para a condenação dos suspeitos. Por isso, a condenação dos suspeitos no campo midiático se dá, de maneira imediata, antes mesmo de o processo jurídico ser aberto.

Esse modo de representar os fatos pode não ser percebida pelo público como uma visão limitada, insuficiente ou parcial da realidade, principalmente porque o público a quem o programa se dirige compartilha, na maioria das vezes, dessa mesma visão, dessa ideologia, que os tornam de certa forma “cúmplices” na maneira de recortar e de dar sentido aos fatos. Tal percepção pode ainda ser aceita sem crítica por conta de outros fatores, tais como o *déficit* educacional do público, a percepção de inoperância da justiça, as estratégias que o programa utiliza para possibilitar um fechamento de sentido dos fatos. Assim, é possível que esse programa, ao realizar determinadas abordagens preconceituosas sobre os jovens, e apontar medidas insuficientes para solucionar essa problemática, propicie ao público a impressão de que atua evidenciando a verdade dos fatos e que essas medidas são as mais adequadas. E que essa maneira de perceber os jovens corresponde absolutamente à realidade.

Como poderá ser verificado, o tipo de discurso e a função exercida pelo apresentador diferem daqueles exercidos pela equipe de reportagem e pelos jovens. É o que passaremos a demonstrar a partir deste momento.

### ***A equipe de reportagem***

O tipo de discurso, os ângulos e os ritmos com que os fragmentos de imagens são utilizados nos momentos em que o apresentador aparece introduzindo ou concluindo as matérias diferem dos que aparecem nas demais situações em que outras pessoas são evidenciadas nas coberturas do programa. Essas diferenças podem ser percebidas, por exemplo, nas situações em que os repórteres exercem a função de relatarem os acontecimentos em *off*, ou, quando desempenham papéis que evidenciam os detalhes dos acontecimentos enquanto realizam a passagem no local em que os fatos são representados.

Nessas situações, é possível verificar nas estratégias visuais os ângulos que, segundo Rose (2002), evidenciam o quanto o repórter que realiza a cobertura do acontecimento aparece numa posição de superioridade em relação aos jovens, que se mantêm, na maioria das vezes, com a cabeça baixa enquanto respondem os questionamentos que lhes são feitos.

Além de os ritmos e os planos de câmera utilizados para focar a equipe de reportagem, enquanto desenvolvem as suas funções, serem diferentes em relação aos momentos em que o apresentador é focado, é possível ainda perceber que a equipe de reportagem costuma desenvolver o seu discurso de forma diferente daquele.

Assim, os repórteres costumam lançar mão de uma série de recursos para propiciar enquanto efeito de sentido a percepção de que atuam com neutralidade. Essa impressão é ainda reforçada por eles realizarem as coberturas dos acontecimentos retirando de suas falas as características que demonstrem a sua subjetividade, emitindo um discurso indireto, com as afirmações jornalísticas se apoiando sempre num outro discurso, no caso, a partir das informações fornecidas pelos jovens ou por outras pessoas que foram afetadas pelos acontecimentos, e que muitas vezes aparecem revelando, confirmando e ilustrando os detalhes dos acontecimentos. Uma postura diferente do apresentador, que não poupa em emitir a sua opinião sobre os fatos, em exteriorizar as suas emoções, em comparar o comportamento dos jovens de origem popular envolvidos com os casos de violência com o comportamento de outros jovens, assim como com a sua própria vivência juvenil, conforme já ressaltado.

A equipe de reportagem parece ainda exercer um papel exclusivo: trata-se de estabelecer o contato frente a frente com os jovens. Nessas circunstâncias, efetivam outras tarefas. Entre as mais significativas, são as entrevistas realizadas a partir de procedimentos discursivos caracterizados principalmente pela arbitrariedade.

Na perspectiva de Bourdieu (1998), tal arbitrariedade evidencia uma manifestação de violência simbólica por os jovens, quando entrevistados sob essas condições, serem instrumentos nas mãos dos repórteres, pois são eles que estabelecem as suas regras da interlocução, conduzem os questionamentos, provocam densidade e intensidade a partir da fala dos jovens, inibindo, assim, a percepção de que eles são também sujeitos de direitos.

Desse modo, através da transmissão do contato da equipe de reportagem com os jovens na condição de agressores, percebe-se que são os repórteres que geralmente iniciam a cobertura das ocorrências e estabelecem as regras das entrevistas. São eles que emitem e controlam os estímulos verbais no intuito de influenciarem os jovens a colaborarem com o desenrolar das reportagens e assumirem, diante das câmeras, as ações nas quais são apontados como autores. Além disso, o fato de a equipe de reportagem também ocupar uma posição superior ao dos jovens, na hierarquia econômica e cultural, também atua como fator que amplia consideravelmente os efeitos de outra violência exercida sobre esse grupo.

Como se pode verificar, na abordagem efetivada pelo programa, a violência não é somente cometida pelos jovens, mas também a eles. São diversos os procedimentos que possibilitam aos jovens serem violentados simbolicamente. Em primeiro lugar, pelo fato de os repórteres responsáveis pelas coberturas dos acontecimentos atuarem, durante a realização das entrevistas, ocupando a posição do que interroga e limitando as perguntas ao que querem ouvir; os jovens interrogados são postos a prova e a julgamento por eles, que, além de imporem os questionamentos, formulam perguntas com autoridade, a partir de informações fornecidas por outras fontes como os policiais nas delegacias.

O tipo de questionamento imposto aos jovens apresenta ainda uma dimensão de agressividade, sobretudo, pela dimensão do risco que efetivamente eles correm em exporem informações que podem ser usadas contra eles mesmos. Aliás, em algumas situações, o modo como alguns deles demonstram uma resistência em revelarem determinados detalhes pode ser verificado tanto pela brevidade das respostas, e economia das palavras, como pelo silêncio.

No geral, ao serem entrevistados, os jovens não têm condições para se contraporem às imagens e representações que o programa lhes impõe. Com isso, acabam não revelando aspectos capazes de minimizarem as suas sentenças; ao contrário, a maioria deles apresenta uma reação que facilita o trabalho dos repórteres, principalmente por costumarem responder de imediato aos questionamentos que lhes são impostos, por aceitarem as acusações, e, muitas vezes, por assumirem e confirmarem de imediato o quanto são culpados pelos atos,



demonstrando com isso as suas responsabilidades nos acontecimentos. Essa postura revela-se surpreendente, sobretudo, por demonstrar tamanha disponibilidade e complacência para responder e declarar detalhes tão absurdos nesse lugar e sob essas condições.

Assim, podemos constatar que, na abordagem efetivada pelo programa em estudo, as visibilidades das manifestações consideradas violentas não se resumem àquelas praticadas pelos jovens, tais como os homicídios, os assaltos e atos de vandalismo, mas incluem também outras, de natureza simbólica, sofridas por eles nessas representações; sobretudo, quando se observa que a equipe de reportagem propicia efeitos de ordem simbólica sobre os jovens.

A atuação do repórter durante a realização das entrevistas pode ser vista como a efetivação de uma ação violenta, sobretudo, por nesses momentos os jovens – que na maioria dos casos são de origem popular, e vítimas de outras modalidades de violência, inclusive advindas da própria estrutura da sociedade, que não lhes possibilita acesso aos bens mínimos necessários à sua sobrevivência – serem alvo de julgamento e punições num local impróprio, o que evidencia que o programa, ao invés de atuar limitando-se a função de registrar os fatos, acaba assumindo também a função de mídia tribunal.

Também na relação com o público receptor, o programa exercita a violência simbólica. De acordo com Bourdieu (1997), essa violência manifesta-se tanto pelo fato de as estratégias discursivas atuarem impedindo os receptores de terem liberdade de impressão e de desenvolverem as suas próprias interpretações sobre o significado e as causas do envolvimento dessa juventude com os casos de violência, como pelo fato de muitos dos receptores serem levados a utilizarem o seu tempo para observarem, e, conseqüentemente, encararem o problema do envolvimento dos jovens com a violência de forma distorcida.

Esse tempo, os receptores poderiam utilizá-lo para terem uma compreensão mais ampla dos reais fatores que podem incentivar os jovens a se envolverem com a violência, e para evitar, com esse tipo de abordagem, a construção de imagens mentais limitadas – tais como aquelas em que a violência é associada ao problema da pobreza, e os jovens envolvidos com a violência serem um problema de difícil solução, como é proposto nas abordagens.

### ***Os jovens***

Diferentemente do apresentador que aparece no programa na condição de juiz, e às vezes, na de promotor, os jovens como agressores são colocados na condição de réus, inclusive usando algemas e acompanhados por policiais militares, tal qual acontece com os

réus nos verdadeiros tribunais. Apesar de serem os principais alvos de julgamentos (afinal, são os seus destinos que estão sendo decididos), os jovens têm pouco espaço para se pronunciarem durante o programa, limitando-se a responder aos questionamentos que eram convidados a fazer.

O fato de disponibilizarem de pouco tempo é significativo. Esse aspecto inclusive é ressaltado por Bourdieu(1997) quando, ao analisar o modo de funcionamento da televisão o, chega a afirmar que ela tem como contrapartida uma formidável censura, onde quem se pronuncia perde a sua autonomia pelo fato de os questionamentos e as condições de comunicação serem impostos. Além disso, a limitação do tempo na televisão impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita.

Mesmo nas situações em que podem revelar algumas informações ou detalhes capazes de minimizar as suas sentenças, o que o programa fornece são declarações editadas, entrecortadas por imagens ou depoimentos das vítimas, que evidenciam detalhes capazes de provocar uma desconfiança sobre o que foi relatado por eles. Ainda impressiona o fato de que os jovens, quando se declaram inocentes, o programa intercala-se com outras informações que reforçam a impressão de que realmente são os criminosos, construindo a idéia de que atuam com cinismo.

Diferentemente das pessoas apresentadas na condição de vítimas, quando o programa põe em evidencia as suas virtudes, através de relatos das testemunhas e dos familiares, apresenta dados a partir do relato da família e dos amigos, fotografias do seu passado capazes de sensibilizar os receptores, os jovens na condição de agressores são representados através de estratégias de silenciamento do seu passado. Silenciando o passado dos jovens agressores, o que o programa acaba evidenciando são os dados referentes aos seus antecedentes criminais, sobre os seus envolvimentos com as drogas, o que acaba reforçando ainda mais a impressão de que são culpados e que não podem ser considerados inocentes. De acordo com as proposições de Orlandi (2007), o sentido desse silenciamento é claro: quanto menos passado os acusados tiverem, menos humanidade o telespectador vai perceber. Em contrapartida, quanto mais informações sobre as suas práticas criminosas, mais a impressão de desumanidade será evidenciada, e mais a condenação dos “réus” parecerá apropriada.

Representados sob essas condições, os jovens evidenciados no programa encontram-se ainda numa posição mais subordinada do que os verdadeiros réus nos tribunais, pois, além de não disponibilizarem de um tempo suficiente para apresentarem os elementos capazes de

minimizar as suas sentenças, não contam com a participação de testemunhas nem de advogados de defesa, principalmente, por não haver interesse do programa em evidenciar os elementos ou informações capazes de provocar a redução das suas sentenças.

A percepção de que os jovens exercem no programa um papel semelhante a dos réus nos tribunais também é possibilitada pela análise dos aspectos temporais. O modo de distribuição do tempo nas reportagens, onde praticamente só o apresentador, os repórteres e as “testemunhas de acusação” podem construir as suas versões sobre os fatos pode provocar uma abordagem distorcida, limitada, dos fatos, uma vez que a cobertura dos eventos se limita ao exercício de acusações. Além disso, a compreensão do público em torno dos fatos pode tornar-se comprometida por ele ser estimulado a acreditar que os jovens não têm solução, são os culpados, não podem em nenhuma hipótese ser considerados inocentes

Nas situações em que o programa propicia a oportunidade de os jovens falarem, descreverem as suas versões dos fatos, não lhes evidencia as condições apropriadas para serem ouvidos e demonstrarem os elementos capazes de minimizar as suas sentenças. Dessa forma, ao serem evidenciados, detidos em determinados ambientes, como presos nas celas, algemados, e colocando em destaque os corpos com todo o vigor físico, o que o programa possibilita nessas circunstâncias é um efeito contrário a esse.

Nessas circunstâncias o que o programa possibilita é um comprometimento de suas imagens, principalmente, por aparecem evidenciados de forma preconceituosa, associados a símbolos como armas e drogas, uma combinação que, além de reforçar os estereótipos que associam a violência ao uso dessas armas e ao emprego da força física, intensifica ainda mais a impressão de que os jovens enfocados são pessoas perigosas, e que são os réus.

Esses enfoques podem ainda possibilitar a adesão do público ao sentido que está sendo produzido pelo programa, o que demonstra que as imagens e discursos, além de poderem fazer ver e possibilitarem uma crença no que se vê, podem provocar efeitos como o de mobilização ou desmobilização no próprio real.

O significado atribuído a seus corpos nessas circunstâncias está ainda distante do corpo idealizado, por ser associado às armas e às drogas, representando perigo, um corpo apto para o agir violentamente. Esse corpo não corresponde, portanto, ao ideal de corpo perfeito, musculoso, forte e saudável, trabalhado nas academias de ginástica. Aqui, a expressividade do corpo e o lugar em que ele é mostrado contribuem para perfazer outras diretrizes de aparência

constituídas de valores e características bem diferentes do padrão “ideal” de corpo jovem, bonito e saudável, pois são evidenciados principalmente aqueles que são tatuados, marcados pela fome, desgastados pelo uso das drogas, expostos muitas vezes de forma irônica, não no intuito de provocar admiração, desejo, ou veneração, mas ridicularia, repúdio, ódio.

Os recursos de iluminação utilizados para focar os jovens apresentam ainda algumas especificidades em relação aos outros utilizados para focar as demais pessoas que aparecem nas reportagens. Algumas reportagens evidenciam que são nas situações em que os jovens são focalizados que o programa utiliza os recursos das imagens desfocadas e das sombreadas. A utilização desses tipos de imagens exerce diferentes funções no programa, podendo às vezes serem incorporadas tanto para proteger a imagem os sujeitos menores de idade, como para provocar outros efeitos. No caso das imagens desfocadas, elas parecem mais adequadas para proteção da imagem dos jovens, principalmente, porque as outras, as sombreadas, acabam provocando outro efeito conforme Rose (2002) o explica. Trata-se de mostrar ao público que aquelas sombras são de jovens perigosos, e que por isso suas imagens devem ser ocultadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos dados analisados, comprovamos que o programa em estudo atua como um tribunal nas situações em que enfoca os jovens de origem popular envolvidos em casos de violência. As estratégias que possibilita atuar como uma mídia tribunal não se resumem àquelas presentes nas dimensões discursivas pois, todo o programa parece ser produzido a partir da adoção de estratégias que lhe possibilitam atuar de forma semelhante a um tribunal.

Assim, as estratégias discursivas revelam que cada pessoa que se pronuncia no programa exerce um papel diferenciado. O discurso desenvolvido pelo apresentador, por exemplo, evidencia estratégias verbais utilizadas tanto por promotores quanto por juizes nos tribunais, principalmente por não se limitar em desenvolver um trabalho de detalhamento sobre os fatos e acabar realizando determinados julgamentos sobre eles.

As estratégias discursivas revelam ainda que os jovens considerados acusados no programa atuam representando os réus dos tribunais. Mas, diferentemente dos legítimos tribunais, onde os réus têm a presunção de inocência antes de a culpa ser provada, amplo direito à defesa e a possibilidade de recorrer das decisões quando condenados, no programa, o seu direito de defesa parece ser totalmente ignorado. Eles ainda não dispõem de condições

que os favoreçam, pois se pronunciam somente para responderem àquilo que o programa considera importante esclarecer.

No geral, os seus discursos revelam exatamente os aspectos que o programa considera importante evidenciar para reforçar o quanto são culpados e como a reversão dos seus comportamentos parece impossível de acontecer. Por isso, através dos discursos emitidos pelos jovens, constata-se que suas possibilidades de defesas são negadas ao mesmo tempo em que suas falas e imagens são produzidas para que não haja dúvidas de sua culpabilidade.

Além de a materialidade visual ser utilizada como uma estratégia capaz de elaborar e reforçar os significados construídos pelo programa, sobre esse grupo juvenil, ela revela que a forma e as condições como os jovens são enfocados diferem do modo como as demais pessoas aparecem no programa.

Ao serem enfocados em *close-up* sorrindo enquanto descreve os detalhes mais cruéis sobre os acontecimentos, exibindo o seu vigor muscular, cheirando cola diante das câmeras, com imagens sombreadas, o que o programa acaba provocando são efeitos ainda mais convincentes do que os discursos. Esses tipos de enfoques parecem ainda reforçar os significados negativos da juventude de origem popular. Eles aparecem como grupo que representa o crime, o perigo, o mal, em oposição a outros grupos juvenis que muitas vezes aparecem na mídia representando um ideal social, um modelo de aparência admirado não somente pelos adultos, mas buscado também pelas crianças.

Além disso, diferentemente de um tribunal que costuma, diante dos fatos mais graves, ter, na sua plateia, os familiares dos envolvidos, alguns jornalistas e pessoas interessadas em acompanhar os desfechos dados pela justiça aos acontecimentos, a plateia desse tribunal é bem mais ampla, abrangendo o público receptor do programa, residentes nas diversas cidades que constituem o Estado da Paraíba.

Diante desse tipo de abordagem, acreditamos que é uma grande injustiça apontá-los como violentos e irreversíveis; já que muitos deles podem ser pessoas honestas, trabalhadoras e vítimas de muita precariedade sofrida desde a sua infância, na escola, no mercado de trabalho etc. Além disso, por serem representados como pessoas perigosas, o programa pode estar contribuindo consciente ou inconscientemente para reforçar a estigmatização dos jovens de origem popular

Por apresentar um destacado interesse em focar os casos de violência que tem a

juventude de origem popular envolvida, acreditamos que esse programa poderia exercer um importante papel no contexto em que é veiculado. Para isso, seria necessário que os seus produtores reavaliassem o modo de abordar essa realidade, assim como as consequências que esse tipo de enfoque pode resultar, principalmente, por percebermos que as atitudes de violência podem estar não somente nos fatos cometidos ou sofridos pela juventude, mas também na própria forma como eles vêm sendo representados.

Diante disso, consideramos que o programa poderia evitar a defesa pura de métodos repressivos sem levar em conta a responsabilidade da sociedade e do Estado na produção de eventos de violência. Por isso, consideramos que seria mais interessante que o programa discutisse seriamente as questões da violência e da segurança pública, e os problemas que afetam os jovens de origem popular, contribuindo com isso para ampliar a cultura de direitos e da cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sergio. **Ética e violência. Adolescentes, crime e violência.** IN: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília Pontes. Juventude em debate. São Paulo: Cortez, 2000

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Um outro “quarto poder”:** **Imprensa e compromisso político no Brasil.** Revista Fronteiras- estudos midiáticos, vol, 1. n. 1, p. 07-37, dezembro de 1999

BATISTA, Nilo. **Mídia e Sistema Penal no capitalismo tardio.** **Texto da Biblioteca Online de Ciências da Comunicação** Disponível em: [www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.html](http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.html) 2003

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução.** elementos para uma teoria do sistema de ensino Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1975

\_\_\_\_\_. **Sobre a Televisão. seguido de “A influência do jornalismo” e “Os jogos Olímpicos”.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

\_\_\_\_\_. **Compreender.** IN. BOURDIEU, Pierre(Coord). IN: **A miséria do mundo.** Petrópolis, Editora Vozes.1998

GUIMARÃES, Luciano. **O repertório dinâmico das cores na mídia. Produção de sentido**

**no jornalismo visual.** Trabalho apresentado no GT: Produção de sentido nas mídias. Compôs 2006

HERNANDES, Nilton **A mídia e seus truques.** O que o jornal, revista, TV, radio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006

MENDONÇA, Kleber. **Um estudo do Linha Direta.** Rio de Janeiro: Quarter, 2002

OLIVEIRA, Carmen Silveira. **Sobrevivendo no inferno.** Porto Alegre: Sulina, 2001

ORLANDI, Eni. P. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos,** Campinas, SP: Pontes, 2007

PINHEIRO, Paulo Sérgio... et all. **São Paulo sem medo: Um diagnóstico da violência urbana.** Rio de Janeiro: Garamond, 1988

RIBEIRO, Alex. **Caso escola base. Os abusos da imprensa.** São Paulo. Ática. 1995

ROSE, Diana. A análise de imagens em movimento. IN: **Pesquisa qualitativa em texto, imagem e som.** Um manual prático. Martin W. Bauer, George Gaskell, (editores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. IN: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP.** Departamento de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de filosofia de São Paulo. V 17 n° 2 (Novembro de 2005)- São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989

SPAGNOL, Antonio Sérgio. Jovens delinquentes paulistanos. IN: **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP.** Departamento de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de filosofia de São Paulo. V 17 n° 2 (Novembro de 2005)- São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989